

Hospitais orientarão mães a cuidar do bebê

TRIBUNA DO BRASIL

DF - SAÚDE

08 JUL 2003

PROJETO DE ANILCÉIA MACHADO OBRIGA AS MATERNIDADES A OFERECER ÀS GESTANTES CURSO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL A CRIANÇAS DE ATÉ SEIS ANOS

Leonila Grécia

As gestantes do Distrito Federal poderão contar, ainda neste ano, com um auxílio a mais do Governo na assistência aos seus bebês. O projeto de lei da deputada Anilcéia Machado (PSDB) que obriga os hospitais do DF a oferecerem às gestantes cursos de atendimento emergencial às crianças de zero a seis anos foi aprovado na Comissão de Educação e Saúde (CES) da Câmara Legislativa e deverá ser votado em plenário no início do próximo semestre.

A proposta da deputada visa educar e esclarecer às mães quanto aos cuidados essenciais a um bebê, a fim de evitar o risco de morte dessas crianças. "Nosso objetivo é contribuir para evitar e reduzir os acidentes e doenças que essas crianças são acometidas e que, em muitos casos, levam-nas até à morte", explicou Anilcéia. De acordo com o projeto, os cursos serão obrigatoriamente ministrados por hospitais e postos de saúde da rede pública e privada, durante o período pré-natal, por equipes de médicos, psicólogos e bombeiros. A importância do pré-natal, da amamentação, as técnicas de vacinação, e noções de primeiros socorros, além de dicas sobre alimentação adequada e desenvolvimento infantil, são alguns dos temas que serão abordados nos cursos. As mães também receberão um certificado em forma de caderneta, semelhante ao documento de vacinação, para que se possa fazer um acompanhamento da situação de cada criança.

Outro projeto de lei da deputada



Se aprovado, projeto dará às mães informações para cuidar dos bebês

da Anilcéia Machado (PSDB) também aprovado na última Comissão de Educação e Saúde (CES) da Câmara, antes do recesso parlamentar de julho, promete gerar polêmica. A proposta da deputada apresentou uma série de técnicas e restrições para a reprodução humana no DF, como tratamento à infertilidade.

Uma das exigências apresentadas no projeto, é a exigência de que o tratamento não incorra risco de morte à mulher e ao fu-

turo filho. O projeto veda também a utilização de técnicas de fertilização com o objetivo de selecionar o sexo da criança ou qualquer outra característica biológica ou étnica, exceto a ser utilizada para evitar doenças genéticas ou hereditárias. A doação de embriões, de acordo com o projeto da deputada, é um ato de solidariedade e não pode ser realizada com fins lucrativos ou comerciais. Além disso, doadores e receptores não

poderão se conhecer ou manter qualquer tipo de contato, exceto nos casos permitidos por lei.

"Foge à nossa competência ética julgar quem deve ter ou não uma prole, mas é uma obrigação ética apoiar as pessoas em suas decisões em matérias de procriação e ampliar o poder de decisão delas em questões de tamanha complexidade, bem como exigir segurança e bem estar da atividade e dos produtos da ciência", justificou a deputada Anilcéia.